



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 123ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (11.02.2019), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 123ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. José Omar de Almeida Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. João Rodrigues Filho e Elaine Marciano Pires. Constatou-se ainda as presenças da Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira, Chefe de Gabinete do PGJ, da Dra. Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça Assessora Especial do PGJ, do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Saldanha Dias Valadares Neto, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, de representantes dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e de diversos outros membros e servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para o **“Diagnóstico da situação orçamentário-financeira do Estado do Tocantins”** a ser apresentada pelo Sr. Rolf Costa Vidal, Secretário-chefe da Casa Civil, e pelo Sr. Edson Cabral de Oliveira, Secretário de Estado da Administração. De início, o Secretário-chefe da Casa Civil, convidado a tomar assento em plenário, agradeceu, em nome do Governador Mauro Carlesse, pelo espaço e atenção concedidos pela Instituição. Esclareceu que a presente apresentação tem por objetivo demonstrar o cenário e contexto que levaram o Poder Executivo a implantar uma profunda reforma administrativa no Estado, a fim de se precaver de uma situação de “calamidade financeira”, que já atingiu 7 (sete) Estados da Federação. Frisou ainda que o escopo de toda essa reforma é o cuidado com a coisa pública e a perspectiva de que o próspero Estado do Tocantins volte à sua evolução natural. Passou a palavra, então, ao Secretário de Estado da Administração, que procedeu à apresentação do Relatório elaborado pela “Comissão de Estudos para Reestruturação dos Órgãos e Entidades, Cargos e Funções Comissionadas da Administração Direta e Indireta”, com destaque para: 1) a Reforma Administrativa, processo de transformação de atitudes, funções, sistemas, procedimentos e estruturas administrativas das dependências e entidades do Governo, com o intuito de adequar a máquina administrativa do Tocantins

à estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da capacidade executiva do Estado em um contexto de planejamento; 2) as razões históricas do desequilíbrio fiscal, como a grande evolução de despesa com pessoal e o enorme passivo já consolidado, em detrimento da evolução da receita, sendo o Tocantins o Estado com o maior percentual de comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal; 3) os objetivos da reforma administrativa, como a redução de custeio e pessoal para alavancar os investimentos; o enquadramento do Estado na letra “B” do CAPAG-STN; a adequação do Governo à gestão por resultados; a transformação do Estado – de provedor para fomentador de empregos; e o fim da burocracia funcional; 4) as 9 (nove) medidas legais para se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal; 5) os produtos da Comissão de Reestruturação, com ênfase no novo Organograma; na suspensão, por 30 (trinta) meses, de benefícios e vantagens que possam gerar aumento vegetativo da folha de pagamentos; na Medida Provisória para a adequação dos contratos temporários; na redução de 11% (onze por cento) do total da folha de pagamentos; e na redução de 30% (trinta por cento) das despesas de custeio. Com a palavra, o Dr. Marco Antonio Alves Bezerra elogiou a forma didática e franca com que foi feita a apresentação, trazendo, no seu sentir, uma visão bem lúcida da situação do Estado. Saliou que sempre teve muita preocupação com o patrimônio público e fez um alerta para que a renegociação do passivo seja feita com muita transparência. Pediu uma atenção especial também às parcerias público-privadas que, a seu ver, nunca deram certo neste Estado; além da revisão do plano de cargos, carreira e salários da Secretaria da Fazenda, onde há embates judiciais entre grupos de servidores. Destacou ainda o *home office* e a terceirização como caminhos sem volta na Administração Pública e uma forma de se “enxugar” o Estado. Elogiou, por fim, a iniciativa de se realizar um planejamento estratégico com servidores da “casa”, em detrimento da contratação de empresa especializada mediante pagamento exorbitante. O Dr. Alcir Raineri Filho, por sua vez, ressaltou que as medidas implantadas nas gestões anteriores, sobretudo do ex-Governador Siqueira Campos, tinham como objetivo uma maior aproximação do Estado com a população, o que não pode ser perdido de vista na presente reforma administrativa. Consignou também que a estrutura administrativa precisa guardar relação com a extensão territorial do Estado, permitindo ao cidadão estar sempre perto de seus agentes públicos. Destacou, ainda, a vocação para o turismo que o Tocantins possui, o que pode trazer muitos benefícios no futuro, desde que com os devidos investimentos. O Dr. Ricardo Vicente da Silva também fez uso da

palavra, destacando que o diagnóstico ora apresentado serve de conscientização para o rigor necessário na manipulação das verbas públicas. Disse enxergar como urgente a reestruturação do quadro de servidores, pois recente estudo previu que, em 10 (dez) ou 12 (doze) anos, 75% (setenta e cinco por cento) das atuais profissões estarão extintas. Enfatizou ainda a importância do turismo e do esporte para o desenvolvimento do Estado. Por fim, o Presidente agradeceu aos Srs. Rolf Vidal e Edson Cabral por suas explicações e se disse satisfeito pelo fato dos integrantes do Ministério Público tomarem conhecimento da situação crítica pela qual passa o Estado do Tocantins. Ressaltou que sempre tem repetido que é possível fazer “mais e melhor”, desde que se economizem os poucos recursos destinados à Instituição. Neste sentido, conclamou os membros e servidores do *Parquet* a colaborarem para o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado, destacando que o Ministério Público não é uma instituição que vive isolada das demais. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos (16h20min), do que, para constar, eu, _____, Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

José Omar de Almeida Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini